



Nonada: Letras em Revista

E-ISSN: 2176-9893

nonada@uniritter.edu.br

Laureate International Universities

Brasil

Sobral, Adail; Giacomelli, Karina

A CONCEPÇÃO DIALÓGICA E OS DOIS PLANOS DA LINGUAGEM E DA
CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nonada: Letras em Revista, vol. 1, núm. 24, enero-junio, 2015, pp. 204-223

Laureate International Universities

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512451510015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A CONCEPÇÃO DIALÓGICA E OS DOIS PLANOS DA LINGUAGEM E DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

THE DIALOGICAL CONCEPTION AND THE TWO LEVELS OF LANGUAGE AND SUBJECTS' CONSTITUTION: SOME REMARKS

Adail Sobral¹
Karina Giacomelli ²

Resumo: Este trabalho explora as principais bases filosóficas da Teoria e Análise Dialógicas do ponto de vista de uma possível analogia entre, de um lado, os dois planos da linguagem (o do sistema da língua, da significação, e o do sistema de uso da língua, ou discurso, do tema) e, do outro, os dois planos da constituição do sujeito (o aspecto peculiarmente ímpar de cada subjetividade, no sentido não psicológico estrito, e o aspecto alteritário da constituição de cada subjetividade). O objetivo último é articular, numa recepção ativa, elementos da Teoria e Análise Dialógicas que permitam, partindo da caracterização de sujeito presente nas obras do dialogismo, oferecer uma versão bakhtiniana do conceito de *identidade*.

Palavras-chave: Identidade e Dialogismo; Teoria e Análise Dialógica; Ontologia e Linguagem

Abstract: This work explores the main philosophical basis of the Dialogical Theory and Analysis from the perspective of a possible analogy between, on the one hand, the two levels of language (the one relative to the formal language system, to meaning, and that linked to the language use system, or discourse, to sense) and, on the other, the two levels of subjects constitution (the peculiarly irrepitable aspect each subjectivity has, in a non strictly psychological sense, and the aspect of otherness present in the construction of each subjectivity). The ultimate aim is articulating, in an active reception, some elements of the Dialogical Theory and Analysis allowing, from the perspective of subject contained in dialogism's works, offer a Bakhtinian version of the concept of *identity*.

Keywords: Identity and Dialogism; Dialogical Theory and Analysis; Ontology and Language

Introdução

Pretendemos abordar aqui alguns pontos específicos vinculados com uma abordagem preliminar dos dois planos *articulados* da constituição do sujeito propostos pela concepção dialógica. Esses planos podem ser formulados de mais de uma maneira; por exemplo, como o plano da identidade pessoal do sujeito (não subjetiva, mas individual, que não se sobrepõe ao social) e o de seus papéis identitários no mundo (que não o anulam, mas o mobilizam em tensão) ou como o plano do sujeito autor-pessoa e o do sujeito autor-criador (o que não se aplica apenas

¹LEAL/PPGL – UCPEL

² LEAL; UFPEL

ao discurso estético, mas a toda enunciação). No primeiro caso, temos a relação constitutiva eu-outro; no outro, temos a relação constitutiva entre a pessoa do autor e sua imagem autoral criada em textos (escritos ou orais), sejam eles *Em busca do tempo perdido* ou uma redação escolar. Esses dois planos estão presentes em outros pontos da teoria: significação e tema; forma composicional e forma arquitetônica; forças centrípetas e forças centrífugas; repetibilidade e irrepetibilidade etc. Em nenhum caso temos dicotomias, mas termos de uma relação dialética do tipo “e...e” e não “ou...ou), relação que é mais relevante e mais ampla do que esses termos em si. O foco é portanto o processo e não o produto.

Para alcançar esse objetivo de ver os planos da identidade no âmbito da teoria (embora não haja a palavra “identidade” nas obras), vamos iniciar com uma descrição da proposta dialógica, desse ponto de vista, para em seguida falar dos elementos epistemológicos da proposta (nos itens *O método filosófico; Etapas e forma de apresentação; universalidade, singularidade, sujeito*); das regras metodológicas; da relação entre interação, produção de sentidos e contexto(s); e, por fim, de sujeito e identidade. Os elementos epistemológicos e as regras metodológicas da concepção dialógica (tratados em SOBRAL, 2005) são relevantes porque não há como entender a concepção dialógica sem entender em que bases mais amplas ela se apoia e de que maneira, a partir dessa base, ela opera para criar seu objeto (o ponto de vista cria o objeto, disse Saussure, com o que concorda a concepção dialógica).

Uma questão essencial (e negligenciada) também é abordada na sequência; trata-se da relação entre singularidade e generalidade: como é possível generalizar sobre singularidades como os enunciados? Singularidade se vincula com o fato de todo enunciado ser absolutamente único (e Saussure concorda, em seus termos, com isso) e generalidade se associa ao fato de haver em todo enunciado elementos semelhantes aos de todos os outros, elementos que os fazem ser reconhecidos como enunciados, como membros da classe dos enunciados. Como veremos, é a tensão entre essas duas características que permite ver tanto a especificidade de cada enunciado em seu ambiente cronotópico (no tempo e no espaço) como o aspecto geral partilhado por todos os enunciados. Sem esse aspecto geral, esse “padrão”, não há como identificar a especificidade. Essas categorias também se manifestam na concepção dialógica de sujeito. Explorar o conceito de interação é vital porque interação no âmbito do dialogismo é um processo que tem amplitude bem

maior do que em muitas outras concepções de linguagem. Naturalmente, não é possível falar de interação sem falar de produção de sentidos, do, por assim dizer, processo de transformação (ou transfiguração) de unidades linguísticas discretas em componentes de unidades enunciativas complexas, algo que só ocorre em interações, influenciado pelas relações enunciativas e pelas coordenadas espaciais e temporais. Interação e processo de produção de sentidos supõem, portanto, contexto(s), tópico igualmente abordado.

Breve descrição da concepção dialógica de linguagem

A concepção de linguagem e de discurso do Círculo de Bakhtin, que se pode chamar de uma filosofia humana do processo, vê a linguagem como um fenômeno essencialmente ativo: o objeto de estudo e o centro de seu empreendimento teórico e prático é o ato, o *processo* do intercâmbio linguístico, e não os enunciados/discursos como produto. O processo é elemento constitutivo não apenas dos discursos como da própria linguagem. Destacamos que o locutor e o interlocutor têm o mesmo peso: assim como é uma resposta a enunciações anteriores (retrospectivamente, portanto), a enunciação do locutor responde a enunciações posteriores (prospectivamente, portanto) de seu interlocutor ao tentar antecipar as reações que este pode ter (nem sempre ou quase nunca plenamente, mas sempre buscando). O interlocutor é entendido como dotado de "responsividade ativa", em vez de ser um receptor passivo. Afinal é sua resposta que permite que se materialize a compreensão do dito e do dizer do locutor. Como diz Bakhtin, só faz sentido para o ser humano aquilo que responde a alguma coisa e somente as coisas às quais é dada uma resposta. Na realidade, toda e qualquer enunciação é já uma resposta a outras enunciações – passadas e futuras.

Isso nos remete a outra consideração vital: se, na vida, o "eu" só vem a ser "eu" na interação com outros "eus", na língua/linguagem o locutor só se constitui como tal na interação com interlocutores. Ao mesmo tempo, sem o eu ou sem o locutor, não há outros eus nem interlocutores; o processo é de mão dupla. Além disso, o eu e o outro precisam se unir numa avaliação comum daquilo de que falam, independentemente de suas reações, pensamentos pessoais, etc., pois do contrário se cairia numa contradição para a qual também Wittgenstein

chamou a atenção: a de uma linguagem "privada" para cada pessoa. Mesmo um confronto entre compreensões distintas pressupõe alguma avaliação comum do tópico em discussão, e a divergência parte dessa convergência parcial. Sem isso, não haverá confronto de opiniões distintas, mas ruptura do diálogo específico (sem que se quebre a cadeia dialógica mais ampla).

Nesse sentido, o próprio solilóquio pressupõe a relação do eu com o outro, mesmo que esse outro seja o próprio eu – no sentido de outro ponto de vista do mesmo sujeito sobre um dado tópico, vindos da tradição, do partido, da família... Por exemplo, às vezes ficamos em dúvida quanto a dar uma resposta ou nada dizer, e quase sentimos haver dois (ou mais) “eus” discutindo, cada um com seus motivos para o sim e para o não. São duas avaliações distintas do mesmo evento, da reação possível a ele, das vantagens e desvantagens de cada reação etc. Pode ser que uma dessas “vozes” seja utilitária (“podes perder o emprego”) e, a outra, política (“melhor manter a dignidade”). E pode ser que venha uma terceira e “proponha” adiar para um momento propício uma possível reação. Quem nunca se viu nessa situação? Assim, o sentido nunca se manifesta nem se esgota num sistema fechado acima dos sujeitos nem em algum plano de um sujeito transcendente; o sentido é sempre "sentido em vir-a-ser", sentido em formação na interação dialógica, articulando-se em dois planos: no da significação (língua) para a qual aponta e da direção (linguagem) que indica.

Em vez do sujeito transcendental kantiano e neo-kantiano, Bakhtin propõe, como diz Holquist (2002, p. 145), uma “heresia neokantiana”: o sujeito situado num aqui e agora de uma dada sociedade, sujeito que, inserido em seus atos e por eles constituído, só se afasta deles em termos exotópicos, ou seja, mantendo a distância necessária para ver a si mesmo sendo quem é, e sempre cronotopicamente (num tempo e num espaço determinados, não absolutos). Logo, o discurso se constrói com base em dois planos: o da significação a ser expressa e o da valoração, pelo locutor e por seu(s) interlocutor(es), dessa significação. O sentido é assim função do ato valorativo intrínseco ao discurso e, mais do que isso, à vida da língua: todo discurso se orienta numa dada direção avaliativa, e a língua só nos chega na forma de discurso, de linguagem: os outros não nos transmitem palavras, mas opiniões, valores etc. Nas palavras de Voloshinov:

Na verdade, a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser

usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar (VOLOSHINOV, 1979, p. 109).

Vemos que o intercâmbio verbal constitui o espaço próprio desse vir-a-ser do sentido, inclusive considerando que os discursos aí surgidos assumem formas mais ou menos padronizadas, os "tipos relativamente estáveis de enunciados" que são chamados "gêneros do discurso". Essa "estabilidade relativa" envolve um dinamismo, próprio da atividade significativa do ser humano, que permeia a padronização de gêneros: nem há fixidez absoluta (graças à ação do dinamismo), nem é o "relativo" totalmente instável; a estabilidade relativa articula as tendências de fixidez (centrípetas) às tendências de fluidez (centrífugas). cremos que pensar a linguagem em termos de gêneros, com seus graus variáveis e interpenetrantes de estabilidade e variabilidade, permite melhor entender a natureza histórica, social, interativa e ideológica do discurso e o eterno agir retrospectivo e prospectivo de "perguntas" e "respostas" (réplicas) que constitui o mundo significativo humano.

Elementos Epistemológicos

A. O método filosófico

O modo específico de produzir conhecimento do Círculo de Bakhtin consiste em considerar fenômenos concretos a partir de uma concepção teórica declarada e, a partir dos elementos aí obtidos, modular, ou seja, alterar, se necessário, a concepção inicial, para então ver o fenômeno com novos olhos. Trata-se de um procedimento dialético que privilegia a conjunção "e-e" em vez da disjunção "ou-ou". Como afirmou Sobral, o Círculo considera que

o mundo é apreendido pelo homem em termos de categorias criadas pelos seres humanos (Kant) e, ao mesmo tempo, (...) há um mundo dado, fenômenos dados, não se podendo nem propor uma apreensão do real como tal nem uma apreensão que não considere que esse real existe (Husserl); conteúdo e processo de apreensão formam o Jano que constitui a base da concepção bakhtiniana (...).(2005, p. 136)

Nesses termos, vemos o mundo, na vida cotidiana e nas teorias, a partir de certos valores e modos de agir, mas isso não significa que desprezemos a materialidade do mundo, o mundo real, que está aí. Nossas vivências vão alterando nosso modo de ver o mundo, mas não alteram o mundo; do mesmo modo, não podemos representar o mundo objetivamente, no sentido de dar dele uma representação fiel: o mundo já nos chega valorado. Podemos dizer que o Círculo une o empirismo (o mundo real) ao racionalismo (as categorias de ver o mundo real) em termos do materialismo dialético: tenho uma ideia do mundo, que comparo com minhas vivências do mundo, e vou alterando essa ideia conforme vivo e, mais tarde, ao ver o mundo outra vez, já o vejo de outra maneira. Tudo isso sendo parte desse mesmo mundo. Em outros termos, teoria e prática, categorias de pensamento e percepções “espontâneas” etc. se articulam nessa concepção de produção de conhecimento. É vital entender esse procedimento da concepção dialógica, visto ser ele a base das propostas. Fazer a leitura dos textos que a constituem do ponto de vista desse modo filosófico de proceder facilita a compreensão.

B. Etapas e forma de apresentação

As propostas do Círculo geralmente consideram ao menos dois lados da questão abordada, que não coincidem necessariamente com sua posição: por exemplo, “objetivismo abstrato” e “subjetivismo individualista”. Em seguida, revelam as fraquezas e/ou parcialidades desses lados e apresentam uma alternativa que mantém as partes dessas posições compatíveis com essa alternativa e descarta outras, na maioria das vezes tentando abarcar mais aspectos do objeto. Para isso, põem em confronto todos os aspectos das duas posições, tanto entre si como com a alternativa que desejam propor

Como disse Sobral (2005, p. 137), o Círculo, ao contrário do que se afirma, propõe categorias, ou melhor, pares de categorias, sem a rigidez positivista que por vezes acomete o termo “categoria”. As principais são:

- (1) forma/conteúdo;
- (2) produto/processo;
- (3) material/organização;
- (4) individualidade/interação entre indivíduos;
- (5) cognição/vida prática;
- (6) universalidade/singularidade;
- (7) objetividade (o real concreto)/objetivação (construção social do mundo).

Essas categorias – e isso é vital – não são dicotomias, mas os dois lados dos objetos de acordo com as propostas dialógicas. Os objetos são considerados em termos da articulação, ligação, entre os elementos que os constituem numa organização arquitetônica, uma forma de organização que os torna unidades, partes, de um todo, e não uma junção desconexa de elementos que não se comunicam. Os objetos (linguagem, enunciado, sujeito...) são assim vistos como sistemas organizados cujo sentido vem de uma união entre as partes que cria algo maior do que o todo.

C. Universalidade, Singularidade, Sujeito

Bakhtin e colegas reconhecem a estabilidade das formas da língua, sua significação. Eles as consideram, mas também pretendem vê-las considerando também o sentido a que servem em enunciações específicas. Isso não significa que queiram estudar a enunciação sem levar em conta a significação na língua, mas que, ao contrário de outras teorias, não têm essas formas como a base de sua compreensão. Mais uma vez, vemos dois planos em articulação, não dicotomias.

Contrariando certas afirmações a seu respeito, Bakhtin destaca a individualidade, entendida dialogicamente como a soma das relações sociais que o sujeito tem na vida. O sujeito não é uma entidade submissa ao social nem autonomamente sobreposta a ele. O sujeito é um agente, organizador de seu discurso, dotado de um excedente de visão com relação ao outro: ele sabe do

outro o que este não pode saber de si, e ao mesmo tempo depende do outro para saber o que ele mesmo não pode saber de si.

Todo agir e dizer do sujeito envolve o *conteúdo* e o *processo* de seu ato, unidos pela entoação avaliativa (a que corresponde à resposta ativa do interlocutor): o sujeito avalia seu ato de acordo com seu contexto de interação, não havendo um valor absoluto já dado antes da interação, embora haja restrições contextuais para os valores possíveis. Assim, a experiência do mundo postulado (*zadan*), ou a representação do mundo dado, é sempre alterada pelo agir situado e valorativo do sujeito, e é o sujeito que confere sentido a esse mundo postulado, a partir de sua vivência do mundo dado (*dan*), o mundo real. O mundo dado passa a ser visto de outra maneira depois de afetado por essa dialética com o mundo postulado. Vemos aqui, mais uma vez, a ênfase na interação num sentido que evidentemente vai além dos intercâmbios verbais/pragmáticos do dia-a-dia, mas não deixa de incluí-los (nem poderia).

Bakhtin propõe, no tocante ao imperativo categórico³, por exemplo, que se enfatize a posição específica do sujeito que toma decisões éticas em sua vida concreta, em vez de aceitar que o *conteúdo* dessa decisão seja transcendente, isto é, exista independentemente do *processo concreto* dessa decisão. Voloshinov (1979), por outro lado, afirma que a consciência depende da linguagem para manifestar-se, sem impor suas categorias ao mundo, mas “negociando” com ele: ela necessita do mundo para se constituir, mas também o “constrói”. Assim, o sujeito age de acordo com suas relações dialógicas, mas não pode ter sobre si uma regra universal que se aplique a todos os seus atos. Isso também não significa que não haja regras e formas e mesmo fórmulas de agir na sociedade e na história, mas que resta ao sujeito uma margem de liberdade, embora ele não seja também “senhor de si”.

³ O imperativo categórico tem várias formulações (ver a seguir). Para o que nos interessa, ele propõe de certo modo a anulação da individualidade, uma vez que sugere que todas as ações do sujeito têm de se basear em regras absolutas, descontextualizadas. Mesmo quando fala de o indivíduo “usar a humanidade”, ele ainda supõe a universalidade contra toda singularidade:

Imperativo Categórico: *Age somente, segundo uma máxima tal, que possas querer ao mesmo tempo que se torne lei universal.*

Imperativo Universal: *age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, por tua vontade, lei universal da natureza.*

Imperativo Prático: *age de tal modo que possas usar a humanidade, tanto em tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim ao mesmo tempo e nunca apenas como um meio.* (KANT, 1997, p.70-1; 79).

Esses elementos mostram que a mediação é vital para a chegada do mundo à linguagem e aos sujeitos: há uma dialética entre o plano do *sensível* (plano em que apreendemos “intuitivamente” o mundo, o plano do dado, e o plano do *inteligível* (plano da elaboração do apreendido de acordo com categorias). O sensível dá primazia ao processo de percepção e de ação e o inteligível dá primazia à transformação dessas percepções num conceito ou ideia do apreendido. Em consequência, o sensível é o lugar da multiplicidade, da descontinuidade, da singularidade, do fluxo, e o inteligível é o lugar da busca da unidade, da continuidade, da estabilidade. E é da dialética entre esses dois planos que nasce nossa apreensão do mundo, objetivado socialmente e apropriado individualmente..

Sensível e inteligível têm de ser vistos em sua integração constitutiva: a apreensão do mundo une essas duas “modalidades” no ato de apreensão. Em outras palavras, ao apreender unimos o *processo* de realização concreta do ato, em seu aqui e agora, e a organização do *conteúdo* do ato. A organização do conteúdo só faz sentido diante da realização concreta, mas é essa organização que constitui o plano de apreensão do *resultado* do ato. Esse resultado é o material por meio do qual reconstituímos o processo (no caso da linguagem, os enunciados). Mas ele não se restringe ao *conteúdo* do ato, pois envolve a forma, ou o modo de organização do conteúdo (em termos de linguagem, a forma do conteúdo. Assim, cada apreensão (ou enunciação) é um ato que envolve um processo, de cunho irrepetível, que gera um produto segundo formas repetíveis, mesmo que mutáveis.

Nesse sentido, em *Para uma filosofia do ato*, Bakhtin destaca a dissociação entre cultura e vida (entre mundo inteligível e mundo sensível, respectivamente):

O momento [no sentido filosófico de “instância”, “elemento”] que o pensamento teórico discursivo (tanto nas ciências naturais como na filosofia), a descrição-exposição histórica e a intuição estética têm em comum, e que se reveste de particular importância para nossa investigação é: todas essas atividades estabelecem uma cisão fundamental entre o conteúdo ou sentido de um dado ato/atividade e a concretude histórica do ser desse ato/atividade, a experiência atual e uni ocorrente dele. E é em consequência disso que o ato dado vê-se privado de seu valor, bem como da unidade de seu vir-a-ser e de sua autodeterminação reais.

(...)

Como resultado disso, dois mundos entram em confronto, dois mundos que não têm [por causa da cisão] absolutamente nenhuma comunicação entre si e que são

mutuamente insensíveis um ao outro: o mundo da cultura e o mundo da vida, o único mundo em que criamos, aprendemos, contemplamos, vivemos nossa vida e morremos — ou o mundo em que os atos de nossa atividade são transformados em objetos e o mundo em que esses atos se processam concretamente e são efetivamente realizados uma só e única vez. Um ato de nossa atividade, de nossa experiência concreta, é como Jano, que tem duas faces. Ele olha em duas direções opostas: para a unidade objetiva de um domínio da cultura e para a uni ocorrência nunca repetível da vida de fato vivida e experimentada. Mas não há um plano unitário e ímpar em que essas duas faces se determinariam mutuamente em relação a uma única unidade uni ocorrente [irrepetível]. É apenas o evento uni ocorrente do Ser no processo de realização que pode constituir essa unidade uni ocorrente; tudo aquilo que tem caráter teórico ou estético tem de ser determinado como um momento constituinte no evento uni ocorrente do Ser, embora não mais, é claro, em termos teóricos ou estéticos. [Tradução do inglês de Adail Sobral]. (BAKHTIN, 1993, p. 1-2)

Bakhtin propõe aí a integração do sensível do mundo da vida (o Ser do ato) e o inteligível da elaboração secundária da percepção (o conteúdo ou sentido do ato, que engloba a forma de organização desse conteúdo ou sentido). Todo ato integra conteúdo e forma, significação e tema, elaboração e materialidade, ser no mundo e categorização do mundo. O foco é a situação concreta em que ocorrem os atos, considerando seu conteúdo e seu processo, seu material e o suporte do material, que constituem a unidade do ato: o material do ato é organizado, moldado, por um sujeito específico em sua situação histórica e social, num processo específico que não se repete.

Em outras palavras, para ele, o inteligível (cultura) não deve sobrepor-se ao sensível (vida), nem vice-versa: nem a vida deve desdenhar a cultura, nem a cultura desdenhar a vida. A intuição sensível da multiplicidade (vida) e a redução inteligível à unidade (cultura) não têm sentido se realizadas isoladamente, a não ser como momentos que se separam por razões teóricas, mas exigindo sempre que se reconheça que um desses momentos não constitui isoladamente o fenômeno como um todo. A filosofia do ato propõe a integração entre o retorno às "coisas mesmas", à vida vivida (sensível) e a atividade axiológica de apreensão inteligível do mundo — sempre percebidos contextual e situacionalmente, e não em termos abstratos ou absolutos.

Regras Metodológicas

Como dissemos, é relevante, para entender a identidade segundo a concepção dialógica, compreender seu modo de proceder no tratamento dos objetos, o que motiva esta sessão sobre regras metodológicas para complementar o que vimos em termos menos concretos nos princípios epistemológicos. Há dois níveis de regras metodológicas nos textos de Bakhtin e colegas, um que incide de modo mais específico sobre a interação verbal, e um que tem caráter mais geral, aproximando-se de uma descrição geral do ser e agir no mundo dos sujeitos. Esses dois planos estão associados com os conceitos de “significação” e “tema”. “Metodológico”, aqui, não se refere a técnicas de organização do objeto, a metodologia no sentido estrito, mas à fundamentação filosófica da teoria que constitui esse objeto; e “regras” são, na realidade, procedimentos constantes que se podem identificar nas obras de Bakhtin e colegas.

Uma enunciação envolve tanto a “significação” como o “tema”. As formas da língua constituem a “significação” — os significados cristalizados, os elementos repetíveis —, ao passo que os elementos concretos que surgem da mobilização delas pela interação constituem o “tema”, ou, melhor dizendo, a “unidade temática”. O tema não é o assunto ou tópico, mas os sentidos irrepetíveis que se formam a partir da significação e da interação concreta: cada enunciado tem seu tema, que nasce e morre com ele, exceto em termos de sua influência sobre outros enunciados. “Tema” e “significação” estão indissoluvelmente ligados: não se pode entender a significação sem que haja um tema a que ela esteja ligada, nem um tema independentemente da(s) significação(ões) que lhe serve(m) de base. O ato de interação mobiliza as significações segundo as necessidades comunicativas concretas, que são, naturalmente, variáveis, constituindo o tema dos enunciados e, assim, criando sentido.

“Significação” designa portanto os elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos*, que não mudam de enunciado para enunciado, as formas fixadas da língua. Trata-se de elementos abstratos do sistema da língua que não existem concretamente fora da enunciação, mas sem os quais ela não pode ocorrer. “Tema”, ou “unidade temática”, é o conjunto de elementos definidos e únicos que se manifestam na enunciação concreta; são os elementos não reiteráveis e não idênticos da enunciação, tão únicos quanto ela, e que só produzem sentido porque situados num contexto e numa situação, no tempo e no espaço. O “tema” remete aos elementos extraverbais da enunciação. Ele não é fixado, mas dinâmico, e adapta as formas da língua, campo

da significação, às necessidades do momento da enunciação, campo do sentido. É o processo de integração do reiterável e idêntico com o não reiterável e distinto que instaura os sentidos. Esse processo é a enunciação, que ocorre sempre em interações, presenciais ou não.

No nível geral da concepção dialógica, podemos apontar 3 regras metodológicas. A ordem aqui não é uma sequência a ser necessariamente seguida, ainda que se possa fazê-lo, pois vai do mais geral ao menos geral. A primeira regra é de formulação simples e alcance amplo: reconhecer que *a comunicação e suas formas* estão numa relação indissolúvel com as situações *concretas* de interação. Não há comunicação estática, ou dissociada de contextos. Toda análise dialógica parte da situação de comunicação para entender o texto, claro que considerando esse texto como uma unidade que remete a essa situação por meio de marcas linguísticas e enunciativas (SOBRAL; GIACOMELLI, 2015, em vias de publicação).

A segunda regra tem que ver com o ideológico: a linguagem e a ideologia são consideradas intrinsecamente ligadas. Não há ideologia sem linguagem nem linguagem sem ideologia. A linguagem se presta a toda e qualquer função ideológica, mas, em seu aspecto de sistema formal, não é ideológica em si. Do mesmo modo, o ideológico não é um conteúdo da linguagem, nem existe na consciência dos sujeitos; pelo contrário, ele é uma materialidade concreta que podemos apreender na linguagem. Assim como não há enunciados não dialógicos, não há alguns enunciados ideológicos e outros que não são; todo enunciado é ideológico, revela uma posição, uma valoração. Na verdade, para a concepção dialógica, todo agir do sujeito implica uma valoração. Toda posição valorativa é relativa, e as posições se sustentam ou não a depender da correlação de forças de cada segmento social e de cada tempo, lugar e conjuntura. Mas todo ato humano é valorado, vem de, e revela, uma posição.

A terceira “regra” é não considerar as formas da língua como um dispositivo físico independente da interação. Embora existam no sistema, elas só chegam a nós na interação e, portanto, já mobilizadas pelo ponto de vista do locutor com relação a seu interlocutor. O sistema da comunicação social organizada produz formas concretas de interação e estas associam, nos enunciados produzidos, a significação e o tema, a partir do aqui e agora em que ocorrem os atos verbais, produzindo assim sentido.

As etapas mais específicas de abordagem decorrentes dessas três regras, ou postulados, também são três. Aqui, talvez seja aconselhável seguir a sequência. Em primeiro lugar, partir das formas e tipos de interação verbal que *ocorrem* nas situações *concretas* de interação de onde veio nosso texto-objeto. Isso se faz não em termos do conteúdo das formas da língua, mas em termos das necessidades de comunicação a que atendem enunciados/discursos efetivamente produzidos, que são únicos e nunca se repetem (embora as formas da língua contidas nele se repitam). Aqui estamos examinando o contexto de nosso texto-objeto. Claro que partimos do texto; sem ele, não podemos pensar em “seu” contexto, mas só com ele não há como verificar o sentido que assumem as formas da língua.

A segunda consiste em identificar as formas *repetíveis* que enunciados/discursos particulares assumem, assim como as formas repetíveis dos enunciados particulares em estudo, *em seu vínculo com a interação de que são os elementos verbais*. Aqui vemos de que maneira as formas da língua e as formas da comunicação se organizam em gêneros do discurso, com seus graus relativos de estabilidade.

A terceira integra as outras duas ao propor que, além de analisar um dado enunciado em seu contexto, as formas repetíveis e a especificidade desse enunciado, analisemos também as formas da língua e as significações cristalizadas de acordo com seu surgimento nas próprias ações verbais analisadas; porque assim como restringe o que se pode e como se pode dizer, o sistema da língua também vai sendo alterado pelas situações de comunicação. Portanto, devemos partir do linguístico (o texto) para chegar ao discursivo (a interação e os enunciados específicos), e ao mesmo tempo considerar o discursivo para entender o linguístico. Sem essa integração, estaremos vendo apenas um dos aspectos parciais do processo de instauração de sentidos, e, portanto, estaremos sendo infiéis ao objeto.

Interação, produção de sentidos e contexto(s)

Creemos que neste ponto já estão claros alguns elementos essenciais ao entendimento da concepção dialógica que nos permitem passar à consideração do que é interação dessa perspectiva e como os sujeitos são aí caracterizados. Algumas teorias da interação representaram obviamente

um avanço com relação a teorias anteriores. O problema é que a maioria delas tem uma concepção demasiado restrita que reduz a interação a atos entre falantes apenas em suas situações imediatas – o que apaga, por exemplo, as relações entre os envolvidos nessas situações fora delas: são colegas, namorados, inimigos etc.

A interação é o local de realização de atos verbais que remetem (retrospectivamente) a enunciações anteriores e (prospectivamente) a enunciações ulteriores, possíveis e imagináveis, e, assim, também a outras interações. O retrospectivo e o prospectivo têm como ponto de referência o texto efetivamente enunciado, realizado, a partir de outros enunciados constitutivos. Toda e qualquer enunciação, toda e qualquer interação, numa rede de interlocução em constante fazer-se, constitui uma rede que abrange os vários momentos sociais e históricos constitutivos da interação/enunciação, não se reduzindo, portanto, a situação imediata.

Por outro lado, o sentido, na interação, é um constante vir a ser, uma constante construção, pois cada diálogo recria significados de outros diálogos, assim como antecipa de algum modo diálogos possíveis mas ainda inexistentes. A interação segundo a concepção dialógica envolve o que se pode dividir metodologicamente em quatro níveis, dotados de diferentes e crescentes graus de amplitude, todos eles necessariamente constitutivos do sentido. São eles (cf. SOBRAL, 2009, *passim*):

- O nível da interação verbal concreta, do *aqui e agora* da presença dos interlocutores na enunciação (claro que em sua projeção no enunciado, o que inclui textos escritos). Esse nível é o mais "restrito", mas constitui, naturalmente, a base de todos os outros;
- O nível do *contexto imediato* em que se insere a interação (lugares sociais, *ethos* [imagem do locutor], formas atualizadas de interação social, etc.). Nesse nível, temos os elementos que a interação "convoca" diretamente e que remetem ao nível seguinte;

- O nível do *contexto social propriamente dito*, aquele que determina em termos conjunturais, culturais, e mesmo raciais, [de gênero etc.] o modo de ser da interação; e, por fim,
- O nível do *horizonte social e histórico mais amplo*, que abrange a cultura em geral, os grandes períodos da história, o *Zeitgeist* [espírito de época, mesmo em épocas de fragmentação: o processo de geração dos discursos é o *lugar* da geração dos sentidos.

Esses quatro níveis são integrados, não se podendo considerar um deles sem considerar todos os outros. Toda interação específica manifesta esses elementos: a relação imediata entre interlocutores; o contexto imediato de interlocução; o contexto social e histórico em que este se situa e o horizonte social e histórico, ou seja, vai do sujeito individual ao contato intercultural. Mais uma vez, vemos que a concepção dialógica busca ver os vários componentes de seus objetos, e sua articulação, a fim de dar conta de sua totalidade (ou ao menos da totalidade que é possível construir) e de suas especificidades.

Sujeito e identidade

O sujeito na concepção dialógica se constitui a partir do outro, e constitui o outro, na interação, que, como vimos, não se refere apenas ao contato direto entre sujeitos. Devemos pensar na concretude da situação do sujeito, e não em alguma “essência” sua; essa concretude tem de ser levada em conta para entendermos sua “transfiguração” discursiva, isto é, sua construção, constituição, como sujeito de discurso. O sujeito do dialogismo não é o sujeito empírico, pessoa física identificada por um CPF, mas também não é um sujeito abstrato, ideal. Trata-se em vez disso de um sujeito *concreto*, um sujeito inserido no mundo que se projeta em seu enunciado. Logo, o sujeito não é apenas um ser do mundo nem apenas um ser de discurso, mas um sujeito concreto, que une esses dois planos. Não há aqui uma separação entre o contexto da interação e a interação propriamente dita, entre o texto e o contexto, entre a realidade discursiva e a realidade

per se, mas a consideração simultânea dessa dupla condição: o sujeito concreto não é abstrato, não é subjetivo no sentido psicológico nem é estritamente sociológico, mas um ser do mundo que se manifesta em seus enunciados (e ações).

Assim, o Círculo mostra, ao tratar do sujeito (tal como em suas outras teorizações), que sua base é a categoria da “simultaneidade”. Explicamos: o sujeito é *tanto* um ser do mundo *como* um ser de discurso, não um *ou* o outro, mas simultaneamente os dois. O sujeito apresenta em sua identidade 2 elementos essenciais: (a) os aspectos psíquicos que lhe permitem perceber em si uma dada continuidade psíquica (“esse sou eu”) e (b) os elementos sociais e históricos de seu ser no mundo. Para Bakhtin, a junção, variável e móvel, desses elementos em cada sujeito, em distintos momentos, marca uma continuidade no fluxo: sou eu, mas me modulo, me nuanço, de várias maneiras, nos contatos com os outros. O equilíbrio entre esses elementos criam outro componente da identidade, segundo Bakhtin, (c) a avaliação responsável (no sentido de o sujeito ser responsável e responsabilizável, mesmo que nem sempre assuma a responsabilidade) que o sujeito faz ao agir, com base no que veio a formar como seu eu (a) e as coerções das relações sociais de que é parte (b).

Vemos que (a) e (b) marcam certa primazia da repetibilidade, mas (c) é o espaço específico da irrepetibilidade (cf., acima as considerações sobre o ato): cada ato é único em seu processar-se, ainda que compartilhe com todos os outros uma dada estrutura de conteúdo. O papel do sujeito é o de um agente responsável por si e responsável perante outros. Sua condição é combinar constantemente pessoal e social; cognitivo e empírico; universal e singular; um sujeito em constante tornar-se. Podemos ver a ênfase no processo e não nos produtos em si; no concreto e não no abstrato; nas interações concretas e não nas intenções individuais de um sujeito extra social e extra histórico; na organização do texto por um sujeito e não no texto como efeito mecânico de uma situação.

A ênfase bakhtiniana não está, como temos repetido, no sujeito como agente autônomo, porque, se não se pode pensar em sentido sem pensar em sujeito, o sujeito é, por sua vez, sempre situado, o mediador ativo entre o possível e o realizado, mas sempre constituído a partir do outro, ao qual, ao mesmo tempo, proporciona o necessário “acabamento”, mostrando a esse outro o que ele não pode ver de si mesmo. Logo, a perspectiva dialógica leva em conta tanto o sujeito como o

outro, tanto o processo do agir como o resultado da ação, tanto a autoria como a influência da personagem ou assunto sobre o fazer textual, tanto o tema como a significação.

Os elementos apresentados permitem até afirmar que, para essa concepção, o ser e o agir do sujeito no mundo são desde sempre uma constante polêmica (embate, tensão sustentada) entre o repetível e o irrepetível, o mesmo e o outro, a significação e o tema, eu e outro. O sujeito polemiza consigo mesmo no nível da consciência, em que lutam as noções coletivas impostas e sua necessidade individual de criar noções para si mesmo; polemiza com o dito, as enunciações passadas, e com o dizível, as futuras enunciações presumíveis; polemiza com enunciações presentes, em que nem sempre o presumido por um sujeito é exatamente o presumido pelo outro; polemiza, enfim, ao por em confronto a imagem que tem de si e a imagem que o outro lhe traz, bem como entre a imagem que faz do outro e a imagem que o outro tem de si mesmo.

A concepção dialógica define a identidade, assim, como algo dinâmico, algo que tem como centro o tornar-se, a constituição permanente do sujeito, em contato com outros sujeitos, em situações concretas. A impossibilidade de resposta completa, tanto a enunciações como a desafios à identidade (embora sempre em atitude responsiva) – impossibilidade de dar uma resposta definitiva ao Ser e ao Dizer permanentes que são a condição do sujeito – exigem dele um trabalho de constante mediação, de constante valoração, responsabilização.

Ao dizer/fazer algo, o sujeito se compromete, se arrisca, em sua relação inter-constitutiva com o outro. O sujeito é, portanto, *mediador* entre as significações socialmente possíveis (o sistema formal da língua, nível da significação) e os enunciados que profere em situação (o sistema de uso da língua, nível do tema). Sua identidade, por sua vez, é uma negociação entre os papéis que lhe são atribuídos e sua maneira peculiar, específica, de assumir esses papéis identitários. Assim, o sujeito se compromete com o outro, responde por si e responde ao outro, mas, igualmente, leva o outro a comprometer-se, a responder por si e a ser responsivo a si mesmo. Identidade na concepção dialógica envolve, portanto, a alteridade: defino o que sou a partir do que não sou, e o faço de acordo com os outros (o que não sou) com os quais interajo ao longo da vida. Não sou um sujeito distinto a cada interação, mas também não tenho uma identidade imutável, mas uma mescla entre alguns elementos constantes de meu ser e os elementos que se vão alterando ao longo da vida.

Considerações finais

Para dar um acabamento a este texto, sem, no entanto, finalizar, esgotar, o assunto, cabe dizer que, contrariando uma difundida literatura sobre identidade (ou sobre sujeito) que busca manter a "inocência" de um pobre sujeito subjugado (sou fantoche da sociedade), propondo para ele álibis que não se sustentam, ou que fazem dele um senhor absoluto de sua existência (posso ser o que quiser), a concepção dialógica reconhece o caráter “determinado”, situado, do sujeito, das coerções que o atingem, mas defende intransigentemente sua responsabilidade, porque tomar consciência de sua situação e tentar (apesar de e/ou por causa dela) dar sua própria versão de como agir nesse âmbito é que faz do sujeito um ser livre na medida de suas possibilidades conjunturais em meio à vivência de restrições à sua liberdade.

Como afirmou Sobral (2011, s/p.),

Bakhtin ‘desconstrói a ‘identidade’ do sujeito ao propor que quanto maior o número de perspectivas distintas com as quais ele entrar em contato, tanto mais ‘completo’ ele será, ou melhor, tanto mais avançado estará ele no processo de *tornar-se completável*, [não completo]] de ser sempre mais o que ele é, mas em constante mutação”.

Nesse sentido, eu e outro são igualmente eus, têm o mesmo estatuto: produtores de alteridade, de não indiferença, de interesse. Isso não nega que haja dissimetrias, mas propõe uma nova simetria em termos da irrepetibilidade de cada vida: se cada eu se "completa" em contato com outros eus, ele o faz segundo as posições que ocupa ao longo da vida, o que podemos chamar de "posições-sujeito", mas ele as ocupa *em sua própria versão*. Tal como no caso do discurso, em que cada enunciado, ao ser repetido, se transforma em outro enunciado, também no caso do sujeito, ao “enunciar-se” a si mesmo em diferentes situações, a cada vez ele se "altera" de uma dada maneira.

O sujeito mantém parte de sua *identidade de si consigo*, mais vai impondo a ela várias modificações, contextualmente estabelecidas, criando assim sua *diferença com relação a si mesmo*. A cada transformação, o sujeito tanto reforça a identidade consigo mesmo, sua

permanência ("mesmeidade", para falar como Ricoeur), como sua mutabilidade ("ipseidade", segundo Ricoeur), ou seja, tanto os elementos relativamente fixados como os elementos sujeitos a mudanças contextuais.

Os atos do sujeito são irrepetíveis, mas compartilham elementos repetíveis com outros atos - condição de sua compreensão por outros sujeito; ele realiza o irrepetível de uma maneira só sua e, portanto, relativamente repetível para si mesmo. Logo, a *identidade de cada sujeito*, individual em sua singularidade, é também um todo dividido, uma vez que é constituída pelo outro; é uma posição relativamente estável (e, portanto, não um ponto fixo, mas um fluir) marcada pela alteridade – alteridade do *eu e do outro*, porque também os atos do outro são afetados por nós. E é essa tensão (não harmonia universal idealista nem conflito aberto) que nos constitui a todos, sem implicar necessariamente a perda da individualidade.

E, embora não seja fixa, a identidade/individualidade também não muda aleatoriamente: o sujeito não pode ser o que quiser, por maior que seja sua liberdade. É tamanha a presença do outro no eu que, antes mesmo de enunciar, aquele a quem cabe ou que deseja tomar a palavra já a considera, já tenta antecipar suas reações presumíveis, já é “alterado” por esse outro. O Círculo, assim, vê o sujeito no âmbito de uma arquitetônica em que os diferentes elementos que constituem sua fluida e situada identidade se acham em permanente tensão, em constante articulação dialógica, em vez de unidos mecanicamente.⁴

Referências

BAKHTIN, M. M. *Towards a Philosophy of the Act*. Translation and notes by Vadim Liapunov. Edited by Vadim Liapunov & Michael Holquist. Austin: UNIVERSITY OF TEXAS PRESS, 1993.

BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLQUIST, M. *Dialogism - Bakhtin and his World*. 2nd edition, London and New York: Routledge, 2002.

⁴ Nisso, a filosofia do Círculo lembra o monismo de Espinosa e principalmente de Vigotski, bem como certas propostas sobre a alteridade de Lévinas e de Blanchot.

KANT, E. *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*. Trad. de Lourival de Queiroz Henkel. São Paulo: Ediouro, 1997.

SOBRAL, A. Filosofias (e filosofia) em Bakhtin. In: BRAIT, B. *Bakhtin – Conceitos-Chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 123-150.

SOBRAL, A. *Do Dialogismo ao Gênero - As bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SOBRAL, A. Bakhtin's dialogical ontology and the question of identity. Comunicação apresentada na Seção 2, “Bakhtin philosopher and literary theorist”, Mesa-Redonda “Bakhtinian Mosaic: weaving dialogues” da XIV Bakhtin Conference, realizada em Bertinoro (FC), na Universidade de Bologna, 4 – 8 de julho de 2011, s/p.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Gêneros, marcas linguísticas e marcas enunciativas: uma análise discursiva. In: SOUZA, SWEDER e SOBRAL, A. *Gêneros, entre o texto e o discurso: Questões Conceituais e Metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras, em vias de publicação.

VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.